

## O Juruena em Foco está de volta!

### NESTA EDIÇÃO

DIREITOS INDÍGENAS E  
PROTOCOLOS DE  
CONSULTA

HIDRELÉTRICAS NA  
AMAZÔNIA, O QUE TÊM  
NOS ENSINADO?

COMUNICAÇÃO COMO  
FERRAMENTA DE LUTA

NOVO MODELO DE  
ORGANIZAÇÃO INTERNA  
DA REDE JURUENA VIVO

CELEBRAÇÃO ANUAL  
HONRA O RIO JURUENA E  
REVELA DESAFIOS À SUA  
SOBREVIVÊNCIA

Alô, comunidade! Estamos de volta com energia renovada e muita informação na quinta edição do jornal Juruena em Foco.

Após um intervalo de três anos, retornamos para trazer as últimas notícias que afetam diretamente nossas vidas como moradores da bacia do Juruena. Desde a última edição, em fevereiro de 2020, a Rede Juruena Vivo (RJV) passou por várias situações adversas: enfrentamos a pandemia da covid-19, que impôs um ritmo diferenciado para as atividades, além de tanta tristeza diante dos casos mais complicados da doença, e a acelerada devastação ambiental.

Mas a nossa rede é forte e seguimos firmes buscando a garantia da vida com qualidade e contribuir para a solidariedade entre os moradores diversos da nossa região do Juruena.

Nesta edição, abordamos temas importantes como a Usina Hidrelétrica (UHE) Castanheira e o direito das comunidades em serem consultadas diante de projetos que possam impactar as suas vidas, além de destacar a presença do Brasil e de representantes da nossa região nas discussões globais sobre a crise climática e os avanços na Rede Juruena Vivo.

Esperamos que gostem!  
Boa leitura!

### REDE JURUENA VIVO

Somos indígenas, agricultores, familiares, pesquisadores, organizações da sociedade civil, movimentos sociais urbanos e rurais. Vivemos e atuamos na bacia do rio Juruena (MT). Lutamos pelos direitos coletivos, o cuidado com a terra, com as águas e pela valorização da diversidade cultural. Nos movemos em rede para dinamizar a troca de informações de interesse público sobre nossa região, fortalecer as experiências econômicas que primam pela floresta em pé e ampliar a participação social nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento regional.



Foto: Larissa Silva/RJV

Realização:



Apoio:



Fastenaktion

Gemeinsam Hunger beenden

## UHE Castanheira: que projeto é esse?

Por Dafne Spolti/OPAN

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Castanheira, prevista para ser construída no rio Arinos, prevê o alagamento de uma área de 94,7 km<sup>2</sup>. Caso construída, irá entregar menos de 100 MW de energia e afetar as populações e atividades produtivas em Novo Horizonte, Porto dos Gaúchos e Juara.

As comunidades de Pedreira e Palmital, de Juara, onde será a obra, podem ficar alagadas, perder suas casas e a criação de animais, leite, hortifrutigranjeiros e outros produtos que geram mais de R\$ 6 milhões de reais no município, valor que não seria compensado pela UHE.

Entre os indígenas, Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Tapayuna e povos isolados que vivem da região e mantêm uma relação intrínseca com o Arinos seriam prejudicados em

sua alimentação, geração de renda e para a vivência de suas culturas e rituais sagrados.

O rio Arinos é o mais piscoso da bacia do Juruena e, ao obstruí-lo, a usina ameaça também acabar com a rota migratória de espécies de peixes importantes para subsistência de diversas populações. A obra coloca em risco, ainda, o lazer e o turismo, inviabilizando até mesmo o Festival de Pesca de Juara.

Apesar dos impactos, o processo de licenciamento ambiental da UHE, que tem uma série de inconsistências, se mantém nos planos do Governo Federal e continua na mesa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), que pode barrar sua continuidade, ou, pelo menos, exigir que os ritos legais do processo sejam cumpridos, entre eles, o direito à consulta livre, prévia, informada e consentida aos povos potencialmente atingidos pela usina.

## As Vozes do Juruena



"Se fizer essa usina a gente não vai poder estar circulando de barco, só de canoinha mesmo".

"Nós, do povo Apiaká, somos contra essa usina"

(Erivan Morimã, 2020)



"Se essa usina chegar a ser construída, vamos perder mais da metade desse sítio. Fizemos uma casa faz seis anos e ela vai ficar embaixo d'água".

(Leandro Morais, 2022)

"Corremos risco por causa das nossas casas, nossos peixes, nossos tracajás, nossas sementes que a gente colhe para fazer artesanato. Tudo isso é uma preocupação porque não teremos mais esses alimentos e essas sementes que são a sustentabilidade da nossa comunidade".

(Dineva Maria Kayabi, 2019)



## Celebração anual honra o Rio Juruena e revela desafios à sua sobrevivência

**Comunidades unem-se para celebrar a existência do Rio Juruena enquanto ameaças de empreendimentos hidrelétricos preocupam a diversidade ambiental e cultural da região.**

Por Larissa Silva/Rede Juruena Vivo



Foto: Larissa Silva/RJV

No coração da bacia do Juruena, uma data especial é celebrada por povos indígenas, comunidades rurais e urbanas, unidos em um esforço conjunto para proteger e homenagear um dos mais valiosos tesouros naturais da região: o Rio Juruena. Desde 2019, o dia 15 de agosto marca o Dia do Rio Juruena, uma data que une forças na defesa e valorização desse corpo d'água vital.

### A origem da data

A celebração do Dia do Rio Juruena nasceu em 2019, durante um evento organizado pela Rede Juruena Vivo (RJV), o Festival Juruena Vivo, realizado na comunidade Pedreira, em Juara, Mato Grosso. Reunindo agricultores familiares, entidades da sociedade civil, povos indígenas, movimentos sociais e organizações que vivem ou atuam na região, o festival teve um propósito fundamental: promover discussões e ações para proteger e preservar o rio que desempenha um papel crucial na vida de todos os habitantes da bacia. A data escolhida para a celebração, 15 de agosto, é estrategicamente pensada para coincidir com a temporada de praia e floração dos ipês, proporcionando um cenário propício para reunir os participantes às margens do rio. A inspiração para a criação da data veio dos

movimentos populares do rio Paraguai, onde estratégias de defesa e proteção das bacias hidrográficas foram debatidas durante o Fórum Mundial da Água, em 2018.

### Ameaças à diversidade ambiental e cultural do Juruena

Mesmo diante da rica união de esforços, o Rio Juruena enfrenta sérias ameaças devido a uma grande quantidade de projetos hidrelétricos planejados, mais de 180, que colocam em risco a biodiversidade, ecossistemas aquáticos e tradições das populações locais. A presença de espécies raras que vivem nas florestas às margens do Juruena, como a arara-azul e o gavião-real, também está em perigo.

### Tesouros naturais e biodiversidade única

Apesar das ameaças, o Rio Juruena exibe uma riqueza inigualável. Suas águas sustentam comunidades, fornecendo abastecimento, alimento e lazer. A região é palco de praias paradisíacas onde banhistas desfrutam das águas cristalinas, e suas florestas abrigam uma vasta gama de espécies, desde os majestosos ipês que embelezam suas margens até a diversidade de peixes que povoam suas águas. Mais do que um recurso natural, o Rio Juruena é uma entidade viva, interconectada com a cultura e a vida das pessoas que dependem de suas águas.

À medida que o Dia do Rio Juruena é celebrado anualmente, essa data se torna um lembrete poderoso da importância de proteger e preservar esse tesouro natural para as gerações presentes e futuras. Por meio da colaboração entre comunidades tradicionais, ambientalistas e sociedade em geral, espera-se que o Rio Juruena continue fluindo, enriquecendo a vida de todos os que dependem de suas águas e exemplificando a harmonia entre a natureza e a cultura.

## Hidrelétricas na Amazônia, o que têm nos ensinado?

Por Jefferson Nascimento/MAB

A Amazônia brasileira tem sido historicamente palco de grandes conflitos, que têm se agudizado nas últimas décadas com os grandes projetos de infraestrutura, principalmente hidrelétricas. Tucuruí e Balbina nos anos 80 e Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Complexo Teles Pires nas décadas recentes. Esses projetos pensados de cima para baixo, de forma autoritária, sem nenhuma participação popular, têm deixado um rastro de violações de direitos humanos e crimes ambientais irreversíveis, desestruturação de comunidades e regiões e ampliação da pobreza e da desigualdade social.

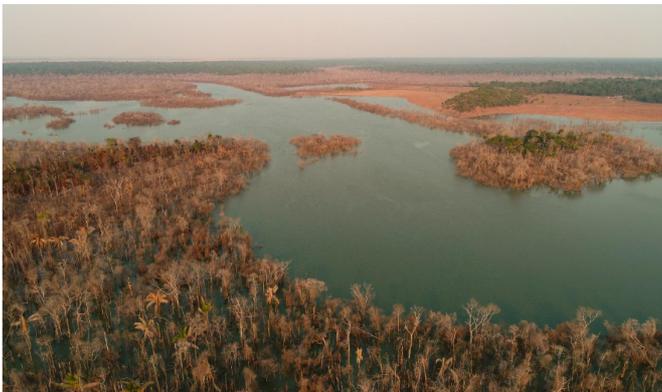


Foto: Bruno Cardoso/ICV

Essa mesma lógica perversa e destruidora está em curso na bacia do Juruena. Uma série de empreendimentos está pensado para tal bacia, entre esses projetos se destaca a UHE Castanheira, planejada para ser construída no rio Arinos, que alagará cerca de 10 mil hectares e causará imensos impactos diretos e indiretos nos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos, às comunidades Pedreira e Palmital, Rodolfo Ferro e Casulo e aos povos indígenas Munduruku, Kayabi/Kawaiwete e Apiaká que residem na Terra Indígena (TI) Apiaká/Kayabi, povo Rikbaktsa que residem nas TIs Japuira, Escondido e Erikpatsa e o povo Tapayuna,

A UHE Sinop, localizada no Médio Teles Pires, é um bom exemplo da lógica perversa do setor elétrico nacional. Ao longo do processo de estudos, construção e atual operação desse empreendimento, se tem uma série de descumprimentos de várias condicionantes do Plano Básico Ambiental, que culminaram em várias violações de direitos humanos e crimes ambientais. Estudos de impactos ambientais subdimensionados, péssimas indenizações às famílias atingidas, mudanças drásticas da malha viária das comunidades e floresta morta dentro do lago apodrecendo com várias mortandades de peixes, entre outras violações, são marcas desse empreendimento, de propriedade do consórcio CES Sinop Energia (EDF, CHESF e Eletronorte).



Foto: Coletivo de Comunicação MAB - MT

de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizados pela EPE.

Esse projeto é marcado por várias inconsistências e omissões nos estudos de impacto ambiental, não considerando a imensa diversidade ambiental e sociocultural, formas de viver e modos de vida dos povos e comunidades que dependem e vivem às margens desses rios. Hoje tal projeto se encontra na comissão que avalia EIA/RIMA na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) para parecer se seguirá o licenciamento e, em momento seguinte, ir para as audiências públicas e obtenção da licença prévia.

## Direitos Indígenas e Protocolos de Consulta

Por Juarez Paimy

Venho através deste colaborar com as demais sociedades, em se tratar de protocolos de consultas prévias e consentimentos dos povos indígenas, que nada mais são do que cada comunidade de base fazer as suas normas de consulta.

Durante os 522 anos de descoberta do país brasileiro, os direitos indígenas vêm sempre sendo violados por vários governantes que já passaram. Então, só agora recentemente, nós produzimos o protocolo da nossa maneira e de fazer com que a sociedade envolvente (brancos) saiba que nós também somos capazes de ouvir, entender e responder de maneira específica os nossos anseios e como queremos ser ouvidos por segmentos das sociedades que nos envolvem (civilizados), aqueles que chegaram em 1.500, como dizem as histórias.

Logo após termos feito curso sobre direitos indígenas, passamos a entender a importância de termos o nosso protocolo de consulta. Nele estão escritos nossos modos de pensar, nossas maneiras de como queremos ser ouvidos e respeitados por estados deste país brasileiro.

Assim, também fazer valer os artigos que estão escritos na lei da Constituição Federal de 1988, que tem dois artigos que falam especificamente dos direitos indígenas. Esses artigos são o 231 e o 232 e a Convenção nº 169 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), que em um dos parágrafos diz bem claro, no o artigo 6º, que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas as medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los.

Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organizações, assegurando recursos financeiros para tal. Assim também temos muitos outros artigos e declarações.

Em 2019, tivemos a iniciativa, então, de colocar em escrita os nossos pensamentos sobre como queremos ser consultados em todo o projeto ou obra que vem do governo e pode impactar nosso modo de vida ou o meio ambiente em que vivemos. Iniciamos uma longa conversa com toda população do povo Rikbaktsa, até que houvesse um entendimento de cem por cento da população, para então só depois ser escrito. Então só daí para cá o povo Rikbaktsa, em várias reuniões e oficinas, resolveu fazer essa escrita para que nossos pensamentos cheguem até os segmentos do governo e possamos ser respeitados. Hoje podemos dizer que estamos com o alicerce de base comum escrito e por ele podemos seguir e nos orientar por ele.



Foto: Pacto das Águas

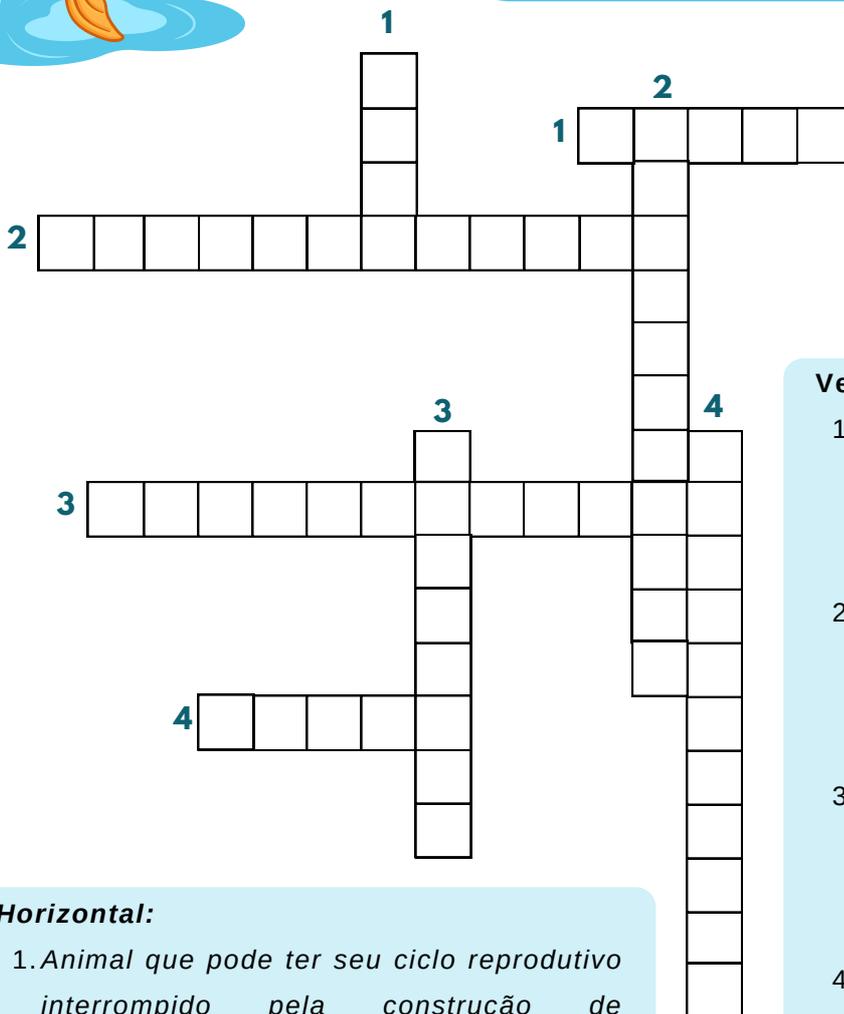
### Rede Juruena Vivo estabelece novo modelo de organização interna

Este ano a Rede Juruena Vivo, durante a realização da reunião ampliada que envolveu os pontos focais, comunicadores e parceiros, reformou seu novo modelo de governança interna. Entre os destaques estão: a criação de microrregiões, a recomposição da secretaria executiva e a criação da coordenação executiva da rede. Por meio da nova organização, a Rede Juruena Vivo busca fortalecer os elos e se enraizar cada vez mais no chão das comunidades, coletivos e grupos que fazem parte desse movimento pela proteção da bacia do rio Juruena e de toda a população que vive nessa região de tamanha beleza e diversidade.

## Cruzadinha



"Vamos explorar o mundo das hidrelétricas e descobrir alguns dos problemas que podem surgir com a construção delas? As hidrelétricas são usadas para gerar energia elétrica a partir da força da água dos rios, mas nem sempre tudo é perfeito. Vamos juntos desvendar os desafios e os impactos negativos que essas construções podem trazer para a natureza e os rios. Preparem-se para uma emocionante. Boa diversão e aprendizado!"



### Vertical:

1. Recurso natural é impactado pela construção de hidrelétricas, podendo ter sua qualidade e disponibilidade afetadas.
2. Sistema composto por plantas, animais e o ambiente físico é afetado pela construção de hidrelétricas.
3. Áreas naturais que são destruídas quando a água inunda as terras para a criação de reservatórios de hidrelétricas.
4. Quem é afetado diretamente pela construção de hidrelétricas, tendo que se abandonar suas casas.

### Horizontal:

1. Animal que pode ter seu ciclo reprodutivo interrompido pela construção de hidrelétricas.
2. Problema ambiental causado pelo represamento dos rios.
3. Danos à vegetação e aos habitats naturais.
4. Atividade econômica pode ser prejudicada pela construção de hidrelétricas, afetando a disponibilidade de alimentos para as comunidades locais.



## Uma plataforma cada vez mais diversa e plural

**Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da Convenção do Clima contempla propostas da delegação brasileira, avançando na superação dos desafios de inclusão.**



Foto: Reprodução da Internet



Foto: Andreia Fanzeres/OPAN

Por Andreia Fanzeres/OPAN

A liderança feminina Dineva Kayabi representou os povos do Juruena na 9ª reunião do Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, na sigla em inglês) da Convenção do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). No encontro, que aconteceu na cidade alemã de Bonn entre 31 de maio e 3 de junho de 2023, a delegação indígena brasileira teceu contribuições técnicas precisas ao trabalho da Plataforma e as viu refletidas nas decisões e encaminhamentos feitos por esta instância nas áreas de adaptação, Balanço Global, às atividades na COP28, em Dubai, e no novo plano de trabalho 2025-2027.

A delegação indígena brasileira contou brevemente sobre o processo de fortalecimento da agenda de adaptação a partir do exemplo do Conselho Indígena de Roraima (CIR) na elaboração dos primeiros Planos de Enfrentamento Indígenas de Mudanças Climáticas, em 2014, que influenciaram o Plano Nacional de Adaptação. E citou o caso das comunidades Manchineri e Jaminawa, da Terra Indígena Mamoadate, Riozinho do Yaco, quanto à perda de sementes e de peixes, obrigando as comunidades a se adaptarem a outro tipo de alimentação.

A demarcação das terras indígenas e a valorização de todos os biomas e povos do país foram ressaltados pelo grupo como parte das medidas necessárias para que o Brasil, enquanto sétimo emissor global de emissões, cumpra sua meta climática.

No Brasil, a criação de uma plataforma nacional é um objetivo a cada dia mais próximo, na medida em que abrem-se condições para a organização dos povos indígenas no entorno da pauta climática por meio do recentemente relançado Comitê Indígena de Mudança Climática (CIMC) e da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).

A delegação indígena do Brasil em Bonn foi composta por Sineia Wapichana (CIR), Toya Manchineri (Coiab), Cassimiro Tapeba (APIB), Ianukula Kaiabi Suia (ATIX), Eliane Xunakalo (Fepoimt), Eliel Rondon (Fepoimt), Kaianako Kamaiura (Coiab) e Dineva Maria Kayabi (Coiab e Rede Juruena Vivo) e teve apoio da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

## Comunicação popular e a luta por direitos

**Coletivo Olhos D'água une jovens comunicadores/as indígenas e não indígenas em defesa dos territórios e do meio ambiente.**



Foto: Dafne Spolti/OPAN

Por Larissa Silva/RJV

Em Mato Grosso, a luta pela defesa dos direitos e territórios une a Rede Juruena Vivo. Criada em 2013, ela é composta por agricultores, indígenas, trabalhadores, estudantes e técnicos em movimento pela vida da bacia e de seus habitantes. Parte dessa mobilização é a comunicação, aliada chave da rede.

A história da comunicação da rede começou em 2016, durante uma edição do Festival Juruena Vivo, quando jovens Myky e Manoki perceberam a força de suas próprias narrativas a partir do olhar de quem vive nesse lugar. É dessa semente que brota o Coletivo Olhos D' água. Formado por jovens indígenas e não indígenas, o grupo entende a comunicação como poderosa ferramenta de luta.

Utilizando a produção audiovisual, os comunicadores se dedicam a amplificar as vozes da região,

denunciando pressões e ameaças como os empreendimentos hidrelétricos, mineração e garimpo, que podem trazer danos irreversíveis aos territórios e às populações.

Além disso, a comunicação é usada para divulgação de notícias sobre as alternativas econômicas que mantêm a floresta em pé, por meio do roçado, do extrativismo de produtos como a castanha, açaí, copaíba, o artesanato e o turismo de base comunitária.

Com criatividade e comprometimento, o Coletivo Olhos D'água produz vídeos, documentários, artigos e relatos que ressaltam a importância dos territórios para o fortalecimento da cultura e a identidade dos povos tradicionais. Atualmente, o coletivo é formado por comunicadores Kawaiwete, Munduruku, Rikbaktsa, Kajkwakhratxi Tapayuna, Enawene Nawe, jovens moradoras da cidade de Juína e apoiadores Manoki e Myky.

Ao compartilharem suas histórias e experiências, os comunicadores fortalecem os elos com as novas gerações que, a partir de uma linguagem atrativa, aprendem mais sobre sua cultura, seus cantos, histórias e língua, além de promover a divulgação e a interação entre as diferentes realidades locais e contribuir na luta pela superação dos preconceitos e violências sofridas historicamente na região.

Por isso, é fundamental apoiar e fortalecer iniciativas como o Coletivo Olhos D'água, reconhecendo o potencial da comunicação popular como uma ferramenta transformadora de realidades e forte aliada na ampliação das vozes das comunidades e povos do território para o mundo.

Acompanhe as páginas da  
Rede Juruena Vivo

 /redejruenavivo

 @redejruenavivo

 www.redejruenavivo.com

### JURUENA EM FOCO - EXPEDIENTE

Edição: Dafne Spolti, Larissa Silva, Paula Farias.

Jornalista responsável: Dafne Spolti (SRTE 1785/MT)

Repórteres: Andreia Fanzeres, Dafne Spolti, Jefferson Nascimento, Juarez Paimy, Larissa Silva, Liliane Xavier.

Projeto gráfico e Diagramação: Larissa Silva e Paula Farias.